

Tecno-resistência e reparação de dados em uma perspectiva transcetrada¹

Kérley WINQUES²

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Noah Souza ROSA³

Faculdade Ielusc, Joinville, SC

RESUMO

Este artigo, construído a partir de um diálogo entre os estudos de tecno-resistência e os estudos de ativismo de dados, busca entender como diferentes grupos LGBTQIAPN+ têm se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas algorítmicos. Para isso, concentra-se em duas iniciativas: o empreendimento social *Pajubá Tech* e o projeto *Eu Existo*. As iniciativas, analisadas a partir de um estudo de caso, demonstram que é possível construir uma agência reativa capaz de enfrentar as lacunas e preconceitos de gênero na cultura algorítmica.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência algorítmica; Justiça de dados; Estudos queer e trans.

Introdução

Dados não são neutros (D'Ignazio, 2022), assim como não existem dados sem corpos (Ricaurte, 2023). Portanto, é crucial questionar: quais corpos são representados e quais são sub-representados? Os bancos de dados que alimentam os sistemas de inteligência artificial (IA) são predominantemente compostos por informações centradas em pessoas cisgênero, o que pode resultar no não reconhecimento de pessoas transgênero como seres humanos ou na negação de sua identidade de gênero. A implementação de câmeras de reconhecimento facial, por exemplo, ignora as identidades de gênero auto percebidas por pessoas trans (Cezarino e Contri, 2022).

Em maio de 2024 aconteceu a primeira mesa transcetrada do Fórum da Internet no Brasil (FIB). O painel histórico⁴ da 14ª edição do evento, intitulado “Corpos além das telas: O debate sobre inteligência artificial e proteção de dados em uma perspectiva transcetrada” e co-proposto pela Rede Transfeminista de Cuidados Digitais, permitiu que as pessoas participantes ouvissem reflexões sobre o manuseio de dados e o

¹ Trabalho apresentado no GP Tecnologias e Culturas Digitais, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora na Faculdade de Comunicação (FACOM) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC). E-mail: ker.winqes@gmail.com.

³ Publicitário formado pela Faculdade Ielusc (IELUSC). E-mail: noahevns@gmail.com.

⁴ Mesa disponível em: <https://bit.ly/3z0EpBQ>. Acesso em: 13 jun. 2024.

desenvolvimento da IA a partir das perspectivas de pessoas transexuais, travestis e não-binárias. A tecnologia na visão do grupo deve tomar as pessoas transvestigêneres não apenas como sub-atingidos da tecnologia, mas como parte de todo o processo.

Em uma sociedade baseada na informação, a subjetivação algorítmica é moldada por critérios reais de classificação e validação de acessos, estabelecidos pelo uso de tecnologias de IA, perpetuando assim as discriminações frequentemente impostas a corpos subalternos (Costa e Acioly, 2024). Este artigo explora como diferentes grupos de pessoas LGBTQIAPN+⁵ tem se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas algorítmicos racistas, sexistas e patriarcais (Noble, 2021; Silva, 2022).

A partir de um estudo de caso, vamos analisar duas iniciativas: o empreendimento social *Pajubá Tech* e o projeto *Eu Existo*. Nosso objetivo é refletir sobre como diferentes grupos LGBTQIAPN+, sobretudo transvestigêneres, resistem por meio de sua agência coletiva. Buscamos ainda compreender de que forma esses grupos *desobedecem* aos sistemas sociotécnicos dominantes. Ricaurte (2023, p. 48, tradução livre) observa que a tecno-resistência é um “conjunto de estratégias e táticas utilizadas por subjetividades dissidentes para resistir ao extrativismo de dados, às mediações algorítmicas e à automatização da opressão como parte de um compromisso com um projeto político que visa alcançar a justiça, a dignidade e a autonomia”⁶. Ao citar Albán (2013), a autora afirma que a tecno-resistência é uma prática de reexistência que envolve formas de ação e intervenção que buscam implementar formas dignas de existir no mundo.

Este trabalho está organizado em duas partes: na primeira exploramos as questões relacionadas à resistência algorítmica e ao ativismo de reparação de dados. Na segunda, nos dedicamos aos entendimentos relacionados aos modos como os grupos analisados têm se articulado para enfrentar diferentes formas de violência e opressão.

Resistência algorítmica e reparação de dados

É difícil enquadrar a agência dos indivíduos em relação aos algoritmos. Por um lado, há uma hiperexploração dos dados pelas gigantes tecnológicas; por outro, coexistem dinâmicas de resistência nas dimensões populares e cotidianas, tanto comunicacionais

⁵ LGBTQIAPN+ é a sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais.

⁶ No original: “conjunto de estrategias y tácticas desplegadas por las subjetividades disidentes para resistir el extractivismo de datos, las mediaciones algorítmicas y la automatización de la opresión como parte de una apuesta por un proyecto político orientado a alcanzar la justicia, la dignidad y la autonomía”.

quanto políticas e culturais (Winques, 2024). Embora essas relações sejam assimétricas, as práticas de resistência desafiam os sistemas de dominação que se articulam e operam através dos sistemas sociotécnicos (Ricaurte, 2023).

A resistência pode se manifestar de diversas maneiras. Em contextos de elevada marginalização e violência nas favelas brasileiras, Nemer (2022) demonstra que as pessoas procuram relacionar-se com as tecnologias de uma forma que lhes permita aliviar a opressão e sobreviver. Em relação à resistência que se dá através da ocupação tecnológica, *Ik'ta K'op* é um coletivo de jovens *tseltales* que construíram redes de internet comunitárias e indígenas em Abasolo, Chiapas, no México (Ricaurte Quijano, 2018). Já as cooperativas tecnológicas de entregadores, a exemplo da iniciativa *Señoritas Courier*, oferecem uma forma organizacional distribuída e colocam o cuidado no centro (Grohmann, 2022). Assim, é essencial prestar atenção às diversas experiências, coletividades e ativismos que resistem à extração de dados e aos algoritmos misóginos, racistas, patriarcais e colonialistas (Ricaurte, 2023).

A reparação de dados e algorítmica, por sua vez, envolve a maneira como as práticas midiáticas de reparação integram os sujeitos na formação de sistemas sociotécnicos (Velkova e Kaun, 2021). Essas práticas visam corrigir lacunas na cultura de dados. D'Ignazio (2022) destaca as ativistas feministas de dados que estão preenchendo as lacunas do Estado na contagem de feminicídios na Colômbia e na Bolívia. A autora mostra como grupos feministas de base usam a coleta e análise de dados para transformar experiências pessoais de violência em ação política. Velkova e Kaun (2021) observam que é possível implantar políticas de reparação para corrigir o trabalho dos algoritmos, tal como a campanha ativista *World White Web*, que busca aumentar a conscientização sobre o racismo online e promover a igualdade nos resultados de busca de imagens no Google.

Diante dessas discussões, entendemos que o poder dos dados em produzir categorizações e intervenções sociais deve estar vinculado a uma agenda de justiça social (Taylor, 2017). Uma forma de alcançar justiça e dignidade é compreender como diversos grupos da sociedade estão desenvolvendo a capacidade de desafiar preconceitos nos sistemas tecnológicos e algorítmicos.

Perspectivas transculturadas e a busca por formas dignas de existir no mundo

Pelo 13º ano consecutivo, o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas transexuais e travestis, de acordo com os dados de 2022 da Associação Nacional

de Travestis e Transexuais (Antra). Esses dados envolvem um “*continuum de violência*” (D’Ignazio, 2022), onde atos extremos são apenas a ponta visível de um *iceberg* que inclui formas menos visíveis de violência, como transfobia e microagressões digitais. No ambiente digital, quando pessoas trans usam efeitos de IA em plataformas como TikTok e/ou CapCut para se entreter, a diversão muitas vezes se transforma em uma microagressão. Isso ocorre porque a IA frequentemente não reconhece o gênero com o qual a pessoa se identifica, mas a transforma em seu maior medo e causa de disforia: traços femininos em homens trans ou traços masculinos em mulheres trans e travestis. A máquina, a partir de requisitos pré-estabelecidos, se baseia em características físicas e biológicas de pessoas cis. Assim, o uso dessas ferramentas torna-se angustiante e disfórico para aqueles que não se encaixam na cisnormatividade.

Ricaute (2023) defende que uma das exigências mais urgentes aos modelos hegemônicos de desenvolvimento tecnológico é dismantelar sua natureza patriarcal. Isso se dá principalmente através de comunidades cibernéticas, trans e hackfeministas, “que a partir de diferentes abordagens tecnopolíticas, reivindicam a luta antipatriarcal e a dimensão de gênero como mais um campo de batalha contra os exercícios de opressão que existem através dos sistemas sociotécnicos”⁷ (p. 56, tradução livre).

Neste estudo, vamos nos dedicar a analisar duas iniciativas: o empreendimento social *Pajubá Tech* e o projeto *Eu Existo*. A escolha por esse recorte se dá principalmente pelo fato de essas iniciativas serem gestadas por pessoas trans e travestis. A análise é orientada por um estudo de caso (Yin, 2001), método que permite uma compreensão mais profunda da realidade social. Vamos investigar as ações dessas iniciativas e buscar responder à seguinte pergunta: como diferentes grupos LGBTQIAPN+ têm se organizado para enfrentar as desigualdades impostas pelos sistemas de dados e algorítmicos?

a) Pajubá Tech: Com tecnologias digitais e sociais, a *Pajubá Tech*⁸, sediada em Pernambuco, atua para incluir pessoas trans e travestis no mercado de trabalho e gerar dados sobre a violência contra essa população no estado. Em 2022, de acordo com a Antra, Pernambuco foi o estado brasileiro com o maior número de assassinatos de pessoas trans. Diante desse cenário, a iniciativa desenvolveu o projeto *Pajúzap*, uma assistente virtual no WhatsApp que recebe denúncias e monitora casos de violência contra a

⁷ No original: “que desde distintas aproximaciones tecnopolíticas, reivindicam la lucha antipatriarcal y la dimensión de género como otro campo de batalla en contra de la opresión que se ejerce a través de los sistemas sociotécnicos”.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/pajubatech/>. Acesso em: 19 jun. 2024.

população trans. O objetivo é gerar dados e indicar diagnósticos e soluções mais legítimas, baseadas em evidências fornecidas por quem vive o extremo dos dados. A partir da denúncia, a ferramenta também direciona a vítima para os serviços públicos de acolhimento do Governo do Estado. Antes de lançar a assistente, a *Pajubá* publicou a pesquisa “Gênero e Cidadania: Diálogos sobre transvestigeneridade e violência – um olhar sobre Pernambuco”. O intuito é que tanto a pesquisa quanto a ferramenta sejam meios de coletar dados públicos para promover a criação de políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+, sobretudo para pessoas trans e travestis.

Neste caso, fica claro que não se trata apenas de coletar dados, nem de apresentar uma “solução” para a violência contra pessoas LGBTQIAPN+. A coleta de dados realizada pela *Pajubá Tech* serve para desafiar o poder e reformular o problema, transmutando a violência contra pessoas trans e travestis do âmbito pessoal para o político (D’Ignazio, 2022). Documentar a violência contra pessoas trans e travestis em um estado com o maior número de assassinatos dessa população é uma forma de reparação social. Esse processo move o problema do âmbito privado para a esfera pública, alinhando-se ao conceito de ciência de dados restaurativa/transformadora descrito por D’Ignazio (2022). As iniciativas gestadas pela *Pajubá Tech*, portanto, subvertem os códigos estabelecidos em ações políticas, e assim constroem narrativas de resistência que propõem outros termos e condições de ser e viver (Ricaute, 2023).

b) Eu Existo: O projeto *Eu Existo*, parceria entre o grupo Égalitrans, grupo de afinidade transgênera do Publicis Groupe, a agência Publicis Brasil e a ONG Casarão, tem como objetivo criar um banco de dados com fotos de pessoas trans para restaurar a forma como o algoritmo responde na detecção de rostos em reconhecimentos faciais. Dados de 2019 da *University of Colorado Boulder* revelam que as tecnologias de reconhecimento facial erram 40% das vezes o gênero de uma pessoa trans. A API criada pelo projeto, que será fornecida de forma gratuita para qualquer empresa utilizar, ainda está em fase de coleta de dados e necessita da participação da própria comunidade. No site da iniciativa⁹, a pessoa envia sua foto e menciona a qual gênero pertence, Feminino ou Masculino. A intervenção do projeto é um exemplo de campanha midiática e organizada espontaneamente pela agência Publicis Brasil em articulação com pessoas trans e travestis e com grupos como o Favela Digital e o BR Media. Assim, *Eu Existo*

⁹ Disponível em: <https://projetoexisto.com.br/#/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

discute os limites dos significados dominantes produzidos pelos sistemas de IA e oferece um banco de reparação de dados que representa um pequeno ato de poder de negociação (Velkova e Kaun, 2021) em relação à transfobia produzida pelas IAs.

Há um subcampo do reconhecimento facial chamado reconhecimento automático de gênero (AGR, na sigla em inglês). A forma como essas tecnologias são construídas dificulta reparar seus danos internamente, principalmente porque esses sistemas consideram o gênero a partir de três propriedades: imutabilidade, fisiologia e binariedade (Os Keys, 2018). Portanto, Os Keys (2018) observa que nenhum desses sistemas leva em conta pessoas trans. No entanto, ele argumenta que não devemos apenas criticar o uso do AGR, mas também trabalhar para desenvolver alternativas melhores. Uma solução seria respeitar a autonomia das pessoas na definição de si mesmas e reconhecer uma ampla gama de descritores possíveis para essa definição autônoma. Por exemplo, confiar nos dados de perfil fornecidos pela pessoa, como o uso de pronomes, em vez de uma análise algorítmica (Os Keys, 2018). Os sistemas algorítmicos, como destacou Lunara Santana da Silva na mesa transcetrada do FIB de 2024, são criados por pessoas cis, brancas e do Norte Global, que consideram suas próprias perspectivas ao programar a máquina. Ela também lembra que, para reparar um sistema, é necessário afastar-se do tecnossolucionismo (Morozov, 2013). A mudança precisa ser muito mais profunda. Por fim, lidar com dados de pessoas transgêneres exige uma análise minuciosa da Lei Geral de Proteção de Dados (Costa e Acioly, 2024).

Considerações finais

Os projetos aqui apresentados tornam visíveis formas de dano anteriormente invisíveis e fomentam um diálogo público mais amplo sobre as raízes estruturais da violência relacionada às pessoas trans e travestis; seja via dados, no caso da *Pajubá Tech*, ou tecnologias de reconhecimento facial, a exemplo do projeto *Eu Existo*. Essas ações, que se ampliam através da comunicação digital, podem galvanizar a atenção e a ação pública, vinculando a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ a discussões mais amplas sobre a violência de gênero (D’Ignazio, 2022) e microagressões digitais (Silva, 2022). A tecno-resistência e o ativismo de reparação de dados em uma perspectiva transcetrada representam uma abordagem *transformadora* das tecnologias baseadas em dados e algoritmos que se dizem neutras e imparciais. Em suma, são ações politicamente motivadas, que desafiam a noção de que as tecnologias são *apolíticas*.

REFERÊNCIAS

- ALBÁN, A. Pedagogías de la reexistencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. *In*: Walsh, C. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2023, pp. 443-468.
- CEZARINO, M. R.; CONTRI, C. L. As implicações da construção binária do gênero para a realização de decisões automatizadas que impactam diretamente as pessoas trans e não-binárias. *In*: BARBOSA, B.; *et al.* **TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade: tendências e desafios**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2022. pp. 35-58.
- COSTA, J. H. R.; ACIOLY, L. H. de M. Internet, discriminação de gênero e algoritmos: considerações sobre cidadania virtual. *In*: BARBOSA, B.; *et al.* **TIC, Governança da Internet, Gênero, Raça e Diversidade: tendências e desafios**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024. pp. 35-58.
- D'IGNAZIO, C. **Counting Femicide: Data Feminism in Action**. Cambridge: MIT Press Open, 2022.
- GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **MATRIZES**, v. 16, n. 1, p. 209-233, 2022.
- MOROZOV, E. **To save everything, click here: Technology, solutionism and the urge to fix problems that don't exist**. London: Allen Lane, 2013.
- NEMER, D. **Tecnologia do Oprimido: desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil**. Vitória: Editora Milfontes, 2021.
- NOBLE, S. U. **Algoritmos da Opressão: Como os mecanismos de busca reforçam o racismo**. Rua do Sabão, 2021.
- OS KEYES. The Misgendering Machines: Trans/HCI Implications of Automatic Gender Recognition. *Proc. ACM Hum. Comput. Interact.* **2**, CSCW, Article 88, 2018. .
- RICAURTE, P. **Descolonizar y despatriarcalizar las tecnologías**. México: Centro de Cultura Digital, 2023.
- RICAURTE QUIJANO, P. Jóvenes y cultura digital: abordajes críticos desde América Latina. **Chasqui** – Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 137, 2018.
- SILVA, T. **Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições SESC, 2022.
- VELKOVA, J.; KAUN, A. Algorithmic resistance: media practices and the politics of repair. **Information, Communication & Society**, v. 24, n. 4, 2021.
- WINQUES, K. **Mediações algorítmicas: Articulação entre as dimensões simbólicas e materiais das tecnologias digitais**. Florianópolis: Insular, 2024.